

Além da Retórica em Economia: o Pragmatismo como Método

Paulo Gala – FGV/SP
José Márcio Rego – FGV/SP

The great American mathematician and physicist and, I believe, one of the greatest philosophers of all time.

Karl Popper (1972, pg.212) sobre C. S. Peirce

Your problems would be greatly simplified if, instead of saying that you want to know the 'Truth', you were simply to say that you want to attain a state of belief unassailable by doubt.

Charles. S. Peirce (1958, pg.189)

Resumo: Este trabalho tem por objetivo trazer elementos da corrente filosófica do pragmatismo para a discussão metodológica em economia, particularmente no que diz respeito a teoria da verdade. Após apresentar sucintamente as contribuições de William James, John Dewey, Ferdinand Schiller e Charles S. Peirce para o tema, conclui com a sugestão de que o pragmatismo deste último pode representar uma saída promissora para o dilema realismo versus relativismo trazido aos economistas pelo projeto retórico.

Ao analisar os trabalhos brasileiros sobre retórica na economia publicados no livro *Retórica na Economia* (1996), Bento Prado Júnior destaca a presença em todos os textos do que chamou de “o medo de se jogar o bebê fora junto com a água do banho”. Apontando a insuficiência da epistemologia falsificacionista para explicar adequadamente a evolução das idéias em economia, o projeto retórico deixaria os economistas sem chão *na medida em que não haveria nada para se colocar em seu lugar, especialmente no tocante a regras ou guias de conduta para a prática da ciência econômica*. Admitindo-se que o avanço das idéias econômicas se deu no plano retórico e hermenêutico (ver Arida(1983), McCloskey(1983), Rego(1989), Rego(1996), McCloskey(1998) e Gala e Rego(2003)), a ciência econômica correria o risco de se “transformar em literatura” como destaca, entre outros, Anuatti-Neto (2000, pg.181). Os economistas não teriam pois como escapar “*tanto de uma concepção excessivamente estreita e dogmática da ciência (que tem o defeito de deixar fora do campo do “científico” uma grande parte do que se reconhece hoje como ciência) como do laxismo que dissolve a ciência na literatura*” (Bento Prado Jr., in Rego 1996, prefácio pg.10).

Esse medo pode ser encontrado por exemplo nas referências à questão da *verdade* ou *verdade científica* feitas pelos autores no referido livro. Ao criticar o “uso” da retórica em economia, afirma Leda Paulani: “*A ciência pretende conhecer e, por isso, a pretensão de validade de seu discurso não pode ser outra que não a verdade*”

(Paulani 1996, pg.112). Já Bianchi e Salviano ao analisar a relação verdade e retórica, registram: “*A questão do conteúdo de verdade das teorias persiste [...] insistimos que o fundamental na ciência não é a produção de um discurso convincente. Querer convencer e querer dizer a verdade não são incompatíveis, mas também não são substitutos*” (Bianchi e Salviano 1996, pg.175). Ou ainda Ramon Fernandez, quando se pergunta sobre as possíveis consequências da retórica ao abrir seu ensaio: “[*a retórica....*] a) implica necessariamente uma defesa de perspectivas irracionalistas; b) é absolutamente incompatível com a procura da verdade; c) leva a uma igualação eventualmente inadmissível entre ciência e arte[?]” (Ramon 1996, pg.143).

Na tentativa de se resolver esse problema muitas vezes recorre-se a Habermas. Propõe-se a idéia de que os economistas debatem sobre os pressupostos de uma *Sprachethik* e que dentro desta resolveriam suas discordâncias. Como destaca o trecho abaixo de Pésio Arida que analisa a questão da cientificidade na economia: “*O exercício da retórica tem limites estreitos; convence quem se conforma às regras da retórica, mas as regras são fixadas e consensualmente aceitas previamente ao discurso individual do interessado em persuadir os outros em favor de uma tese determinada. A comunidade de cientistas debate sob o pressuposto da comunicação ideal, como bem o demonstrou Habermas; ao invés de um operador de verdade aplicável a sentenças, temos uma abertura à verdade como disposição de renúncia a posições tomadas antes do debate diante de evidência contrária inequívoca. O conceito relevante de evidência é muito mais amplo do que o de evidência empírica; a evidência de verdade é a conformidade do discurso às regras de boa retórica. Estas sim são aceitas consensualmente; é a aderência às regras da retórica que confere caráter científico à economia*” (Arida 1996, pg.36).

Nossa proposta nesse artigo é trazer elementos da filosofia pragmática para a discussão metodológica em economia, mais especificamente no que diz respeito ao problema da fixação das verdades na ciência econômica, como sugerem Rego(1996), Anuatti-Neto (2000) ou ainda Lisboa (2001) e Fernández (2003). Sobre o pragmatismo, registra Habermas: “*estimulado por meu amigo Apel também estudei Peirce, bem como Mead e Dewey. Desde o início entendi o pragmatismo americano como sendo a terceira resposta produtiva a Hegel, depois de Marx e Kierkegaard, por assim dizer como o ramo democrático radical do neo-hegelianismo. Desde então me apoio nesta variante americana da filosofia da práxis, quando surge o problema de compensar a debilidade do marxismo...*” (Habermas 1987, p.79).

Nosso percurso será, entretanto, distinto daquele traçado por McCloskey em *Knowledge and Persuation in Economics* (1994). Ao invés de concentrar nossos esforços na filosofia neopragmática de Richard Rorty (que se vale das propostas da filosofia hermenêutica de Martin Heidegger e Hans G. Gadamer) ou em Persio Arida que se vale, entre outros, de Paul Ricouer, daremos ênfase especial a Charles Sanders Peirce por entender que o pragmatismo deste último possa ser mais útil à discussão metodológica em economia do que a posição de Richard Rorty. No que segue, o texto apresenta brevemente as idéias dos fundadores do pragmatismo, William James (1842-1910), John Dewey (1859-1952), Ferdinand Schiller (1864-1937) e Charles S. Peirce (1839-1914), para depois trazer alguns comentários à guisa de conclusão.

Pragmatismo

Foi na América do Norte, entre 1895 e 1900, que surgiu o Pragmatismo. Se bem que, a rigor, a história das suas origens é bastante difícil de descrever já que ele se constituiu de forma insensível, como um movimento lento, que foi se alastrando pouco a pouco para além do círculo das conversas privadas. William James definiu-o como sendo uma dessas modificações que a “opinião” sofreu quase sem dar por isso. Foi James um dos primeiros divulgadores do termo, aplicando-o a um conjunto de idéias constituídas. Ou seja, James utiliza um termo que já “circulava” antes dele. Durante vários anos, ele limita-se a defender o seu pensamento em diferentes artigos de revistas, os primeiros dos quais datam de 1895. Os mais importantes, publicados até 1898, foram recolhidos num volume publicado em 1909, intitulado *The Meaning of Truth*. Em 1906, James leva a efeito uma série completa de lições, nas quais desenvolve mais completamente o seu pensamento. Elas são publicadas em 1907, com o título *Pragmatism*. Em 1909, James desloca-se a Oxford, então a cidadela do hegelianismo, para ali expôr a sua doutrina; e apresenta-a sob o aspecto onde ela mais se opõe à filosofia hegeliana. James designa esse conjunto de lições pelo título de *A Pluralistic Universe*. Em 1910, finalmente, surgem os seus *Essays in Radical Empiricism*, compilação de artigos, o primeiro dos quais viera a lume em 1904, com o título *Existirá a consciência?* Esse artigo (que põe a questão: existirá uma dualidade específica no universo?), fornece, sob a forma de um resumo, a matéria de seu comunicado ao Congresso de Filosofia de Roma em 1905.

Paralelamente a James, John Dewey iniciara uma campanha numa série de artigos em que se ia progressivamente encaminhando para o Pragmatismo. Foi à volta de Dewey que se formou a *Escola de Chicago* ou *Escola Instrumentalista*. Rapidamente essas idéias transpuseram o Atlântico. A partir de 1902, em Oxford, um grupo de jovens filósofos reuniu-se para empreender uma campanha, simultaneamente contra o evolucionismo materialista e contra as teorias de Hegel. Com o título *Personal Idealism*, eles publicaram uma compilação de artigos, o mais importante dos quais era o de Ferdinand C. Scott Schiller, *Axioms as Postulats*. No ano seguinte, Schiller reuniu os seus principais artigos no livro *Humanism*.

O Pragmatismo tem pelo menos quatro protagonistas importantes: Dewey, Schiller, James e Peirce. Dewey é um lógico, e esforça-se sempre por ser extremamente rigoroso. Mas é geralmente pesado, as suas dissertações são laboriosas, e o seu pensamento é por vezes pouco claro. O próprio James confessava havê-lo compreendido imperfeitamente. Dewey, diz-nos ele, “fez recentemente, com a palavra *pragmatismo* como título, uma série de conferências: foram ofuscantes lampejos no meio de trevas profundas”. Schiller e James são, pelo contrário, muito mais claros. James evidencia um certo gosto pelo paradoxo, e isto, inclusivamente, nas suas teorias psicológicas. Ele enuncia idéias que mais facilmente seriam admitidas, não fosse o rodeio a que as submete. De início, apresenta teses de arestas vivas. Mas, na discussão, possui o engenho de “arredondar os ângulos”, sem que, para tanto, seja forçado a abandonar os seus princípios fundamentais. O título do seu livro sobre o pragmatismo, demonstra bem essa tendência do seu estilo. Se bem que nele ilustre, no que ao Pragmatismo se refere, uma verdadeira revolução operada no seio do pensamento filosófico, ele intitula o seu livro do seguinte modo: *Pragmatismo, um nome novo para idéias velhas*. Conforme as

circunstâncias, ele apresenta a sua doutrina num ou noutro destes dois aspectos, como idéias novas ou idéias velhas.

Esta diversidade não deixa de prejudicar a unidade do Pragmatismo (um escritor americano chegou a contar treze dissemelhanças da doutrina), tornando penoso um enunciado geral. Além disso, nenhum dos filósofos pragmatistas nos ofereceu esse enunciado do conjunto. Deles apenas temos alguns artigos disseminados em revistas, por vezes compilados em volumes, ou então lições, conferências “populares”, mas nunca aulas, dadas em presença de estudantes, a quem o orador transmitisse a essência do seu pensamento. Trata-se de conferências que se dirigem ao grande público, e nas quais os assuntos são apenas apresentados nos seus pontos salientes. Cada uma dessas conferências constitui, por si mesma, um todo; aquilo que numa é secundário, transforma-se no ponto principal de uma outra, e vice-versa. Toda a fisionomia da doutrina se transforma, e não é fácil discernirem-se as idéias importantes. Este aspecto um pouco fugaz do Pragmatismo, deu ensejo às objeções dos adversários, que puderam acusá-lo de se contradizer. Não é todavia impossível deduzirem-se teses essenciais, encontrar uma base comum. Em *A Noção de Verdade*, James declara partilhar as idéias de Peirce. Schiller reconhece James como seu mestre. Quanto a Dewey, não deixa de formular certas reservas, mas parece distanciar-se, sobretudo de James, em certos pontos particulares. Verifica-se contudo, em todos os quatro, uma idêntica orientação. Iremos de forma extremamente resumida evidenciá-la, e apresentar as críticas que os pragmatistas dirigem ao Racionalismo.

O Pragmatismo não se apresenta como sendo um sistema assente. James é claríssimo a esse respeito. O Pragmatismo, diz ele, é, não um sistema, mas uma discussão, um movimento, que poderá vir a definir-se melhor, posteriormente. É menos uma organização definitiva de idéias, do que um estímulo geral em determinada direção. Podemos caracterizá-lo simultaneamente como a) um método, uma atitude geral do espírito; e b) como uma teoria da verdade.

Como *método*, o Pragmatismo outra coisa não é do que a atitude, a feição geral que a inteligência deve adotar perante os problemas, e essa atitude consiste em voltarmos o nosso olhar “para os resultados, as conseqüências, os fatos. O método pragmático consiste em procurarmos interpretar cada concepção segundo as suas conseqüências práticas”. Continua a ser o Pragmatismo de Peirce, que visa sobretudo desembaraçar-se das discussões verbais e dos problemas que Peirce via como inúteis, que se caracteriza pela escolha das questões e pela forma de as resolver.

Também como *teoria da verdade* o Pragmatismo tem interesse. O modo, neste caso, nos é indicado pelo próprio James. O que faz a força do Pragmatismo, diz-nos ele em *A Noção de verdade*, é a falência das teorias anteriores; é, em particular, a insuficiência do Racionalismo, que levou a que se procurasse uma outra concepção da verdade. Esta contestação do Racionalismo, encontra-se o mais das vezes, em James, misturada com o enunciado da sua própria concepção da verdade. Importa contudo separá-la desse enunciado, já que necessitamos, antes de mais nada, de compreender quais os motivos que obrigaram os pragmatistas a julgar que o antigo Racionalismo deveria ser substituído. Acontece, com efeito, que certos espíritos, ao sentirem a força das objeções que os pragmatistas apresentaram, passam imediatamente dali para as soluções que eles propuseram. Ora, é importante, pelo contrário, separarem-se os dois problemas e, para isso, começar por se examinar a forma pela qual os pragmatistas

reproduziram essa concepção racionalista, - digamos mais genericamente, *dogmatista*, da verdade.

Esta concepção fundamenta-se, segundo James, num princípio muito simples, a saber, que *a idéia verdadeira é a idéia conforme às coisas*; é uma imagem, uma *cópia* dos objetos. É a representação mental da coisa. A idéia é verdadeira quando essa representação mental corresponde exatamente ao objeto representado. Esta concepção, aliás, não é exclusiva do Racionalismo: ela é também a do Empirismo. Para Stuart Mill, por exemplo, o espírito limita-se a copiar a realidade exterior. As idéias são dependentes dos fatos, já que elas apenas exprimem as sensações, resumem-se às imagens sensíveis e, por conseqüência, o pensamento pode tão somente traduzir as sensações que do meio exterior lhe advêm. Não obstante as aparências, outro tanto se passa com o Racionalismo. Também para este, existe no exterior uma realidade que o espírito deve traduzir para atingir a verdade. Só que tal realidade não é composta por coisas sensíveis, mas por um sistema organizado de Idéias que existem por si mesmas, e que o espírito deve reproduzir. Para outros, as idéias são pensamentos de um Deus. “*Deus é geometra*, dizia-se correntemente; e julgava-se que os elementos de Euclides reproduziam à letra a geometria divina. Existe uma “razão” eterna e invariável, e a sua voz, julgava-se, repercutia-se. Para Hegel, que James e Peirce fortemente atacam, a Idéia absoluta identifica-se com a Razão que tudo envolve, que é “o todo absoluto dos todos”, na qual as contradições se conciliam.

Ambas as formas do dogmatismo admitem, portanto, que a verdade se obtém, quer no mundo sensível (empirismo) - quer num mundo inteligível, num pensamento ou numa razão absolutos (racionalismo). Assim, em várias concepções dogmáticas, a verdade só pode ser a transcrição de uma realidade *exterior*. Uma vez que se encontra fora das inteligências, essa verdade é *impessoal*: não exprime o homem, nada tem a ver com ele. Ela está pois, de igual modo, *totalmente elaborada*. Ela impera, diz James, e se nos impõe de uma forma absoluta. O espírito não é forçado a construí-la, já que copiar não é criar. O espírito não tem qualquer papel ativo. Ele deve, pelo contrário, apagar-se o mais possível e limitar-se a procurar, por assim dizer, uma duplicação da realidade. Isto porque, se o espírito possuísse uma atividade própria, se ele introduzisse o seu cunho pessoal, desnaturaria a verdade. Ele exprimir-se-ia a si mesmo, em vez de exprimir a verdade. Qualquer contribuição do espírito seria uma fonte de engano. Em suma, enquanto que o exterior é impessoal, a verdade é, segundo o dogmatismo, um sistema acabado um todo completo que escapa ao tempo e ao devir. Diz um hegeliano de Oxford mencionado por James “Nunca duvidei, que a verdade fosse universal, única e eterna, nem que ela fosse uma, integral e completa pelo seu único elemento essencial, pelo seu significado único”.

Leibniz e Kant se encontram englobados nesta definição do Racionalismo e do Dogmatismo. Os pragmatistas, realmente, não se preocupam muito com tais precisões. Eles evidenciam uma certa negligência a respeito de doutrinas que, a seu ver, não têm uma importância maior. Para Leibniz, o espírito retira de si próprio todo o seu pensamento: a *mônada* não se relaciona com o universo (Blackburn 1997, pg.254); é dele própria, e não do exterior, que lhe advêm todas as idéias. E no entanto, vendo melhor, a crítica pragmática aplica-se tanto a Leibniz como aos restantes racionalistas. A *mônada* trabalha, com efeito, num modelo que ela não criou, mas que lhe é dado, que lhe é trazido por Deus. O mundo é aquilo que Deus fez dela, e não aquilo que a *mônada*

quer. O plano que esta executa, à medida que se eleva até ao pensamento claro, lhe é imposto; não é ela a sua autora.

Quais as objeções que o pragmatismo faz a esta concepção? Antes de mais nada, alega ele, se a verdade é uma simples transcrição da realidade, para que serve? Não passa de uma redundância inútil. Qual a necessidade das coisas terem uma tradução? Por que se não bastariam elas a si mesmas? Tais representações nada viriam acrescentar ao que já existe. Ora, segundo James, a verdade deve ser “não uma duplicação, mas sim uma adição”. Imaginemos, diz ele, um indivíduo que constituísse por si só, por um instante, toda a realidade do universo, e que viesse seguidamente a saber que iria ser criado um outro ser que o conheceria perfeitamente. Que poderia ele esperar desse conhecimento? De que lhe serviria essa réplica de si próprio no espírito do recém-chegado?

Mas, dir-se-á, interessa-nos conhecermos a verdade, tal qual é, tendo em vista a própria ação, e essa verdade deve ser então uma cópia tão fiel quanto possível da realidade. No entanto, teríamos ainda que partir do princípio de que, para podermos agir, é necessário que o nosso pensamento copie a realidade. Chegamos assim a transformar a verdade num bem em si que se imporia por si mesmo, e que o espírito procuraria pelo simples prazer de o contemplar. A verdade far-se-ia unicamente para ser pensada. E transforma-se num Deus a quem se erguem altares. Neste aspecto, o que de fundamental existe no Pragmatismo, é a sua crítica ao Racionalismo, ou antes, ao Dogmatismo tradicional. Para compreendermos essa crítica, procuramos ver como os pragmatistas encaram o Dogmatismo. Ora, segundo eles, o Dogmatismo considera a imagem verdadeira como a *cópia* de uma realidade exterior, quer esta realidade seja constituída pelos objetos materiais, quer por Idéias, conceitos ou pensamentos do Espírito absoluto. A partir daqui, a verdade é objetiva, transcendente, impessoal. Já se registrou uma primeira objeção dirigida pelo Pragmatismo a esta concepção: se a verdade, deste modo, se limita a duplicar a realidade, para que serve? Parece ser *inútil*.

Mas, eis que nos surge outro obstáculo. Se a realidade de que a idéia é a cópia, for exterior e transcendente, *como poderemos conhecê-la?* Se ela se encontra fora de nós, imanente ou transcendente às pessoas, totalidade ou parte das mesmas, como poder atingi-la? Lembremos, a hipótese platônica. As idéias encontram-se, por definição, acima do mundo da experiência. Como poderemos por um lado, elevar-nos até esse mundo ideal que é a única realidade? Entre ele e nós há um abismo; como transpô-lo? Como poderão, por outro lado, essas realidades ideais descer ao nosso mundo? Diz Schiller “é impossível explicar, nem como o homem se pode elevar à contemplação da verdade eterna, nem por que motivo a Idéia desce e se desnatura nos pensamentos humanos”. É em vão que Platão atribui poderes particulares ao espírito; tal fato não suprime o obstáculo.

De uma forma mais geral, sendo o pensamento uma cópia das coisas, não se compreende como ele as pode atingir, já que existe um abismo entre o espírito e o objeto. Por sobre este “abismo epistemológico”, diz James, o pensamento deveria executar um autêntico “salto mortal”. Apenas poderemos atingir o objeto, pensando-o. Se for pensado, é-nos interior. É então impossível *controlar* a verdade da idéia, ou seja, na presente hipótese, a sua conformidade com o objeto, já que o pensamento não pode sair de si mesmo. Registra Dewey, “qualquer que seja a forma que dermos à teoria da verdade-cópia, põe-se inevitavelmente a questão de se saber como poderemos comparar

as nossas idéias com a realidade, e assim conhecermos a sua verdade. Segundo esta teoria, aquilo que possuímos é sempre uma cópia; a realidade encontra-se mais longe. Por outras palavras, uma teoria deste gênero conduz logicamente à falência do conhecimento”.

É esta a concepção que James e Dewey têm do Racionalismo. O Racionalismo tradicional separa o pensamento da existência. O pensamento encontra-se no espírito; mas a existência, em relação ao espírito, encontra-se fora dele. Desde logo, as duas formas de realidade jamais se podem associar. Se, por hipótese, situarmos o pensamento fora da existência, o abismo que separa o primeiro da segunda, nunca mais pode ser transposto. A única forma de se resolver a questão, seria, portanto, não admitirmos este vazio entre a existência e o pensamento. Se o pensamento for um elemento da realidade, se fizer parte da existência e da vida, deixa de haver “abismo epistemológico”, deixa de haver “salto mortal”. Torna-se simplesmente necessário ver como estas duas realidades podem cooperar entre si. Ligar o pensamento à existência, ligar o pensamento à vida, eis a idéia fundamental do Pragmatismo.

Aqui temos outra dificuldade da concepção dogmática. Se a verdade é impessoal, é alheia ao homem, é extra-humana. Como poderá ela então atuar sobre o espírito humano, atraí-lo, seduzi-lo? Ela a nada corresponde, na nossa natureza. É frequente dizer-se que a verdade nos obriga, que existe um dever de obediência às idéias verdadeiras, que é um “imperativo categórico” procurarmos a verdade e desviarmo-nos do erro. Mas, como compreendê-lo, se a verdade não for algo de humano? Que força poderia porventura obrigar-nos a dirigirmo-nos espontaneamente para aquilo que nos é estranho, ou a obedecer-lhe? É este o reparo que se faz frequentemente à “lei moral”, tal como Kant a apresenta. Na realidade, porém, dizem os pragmatistas que a questão nunca se põe nestes termos. As exigências da verdade, como todas as outras, são sempre “exigências subordinadas a determinadas condições”. Na vida, quando se nos apresenta uma questão relativa à verdade, perguntamos: “quando deverei aderir a esta verdade, e quando àquela outra? A minha adesão terá de ser expressa, ou manter-se tácita? Suponho que ela deva ser, ora expressa, ora tácita, em qual destes dois casos me encontro, *neste exato momento?*” É certo que temos obrigação de acolher a verdade. Mas essa obrigação é relativa às circunstâncias, já que nunca se trata da “Verdade com um V maiúsculo e no singular, da Verdade abstrata”, mas sempre de “verdades concretas”, que podem ser mais ou menos oportunas, conforme os casos. Suponhamos, pelo contrário que a verdade é puramente objetiva. Se assim for, ela deixará o homem totalmente indiferente. Atribuir à verdade uma “independência” em relação aos fins humanos, um “caráter absoluto” que a separa da vida, é “desumanizar” o conhecimento.

Se concebeu essa noção de uma verdade puramente objetiva e impessoal, foi porque se admitiu a presença no homem de uma faculdade muito especial: o *intelecto puro*, cujo papel seria precisamente o de se elevar à verdade graças a um movimento espontâneo e quase mecânico, o de pensar a verdade unicamente para pensá-la e contemplá-la. Dizem os pragmatistas (Schiller 1987, p.128), “negamos que possa, a bem dizer, encontrar uma intelecção totalmente pura. Aquilo que assim designamos, de uma forma bastante imprópria, é na realidade um pensamento intencional que persegue o que se lhe afigura um fim desejável”. Não há em nós qualquer razão impessoal; há sim um intelecto que é uma função viva, em estreita relação com as restantes funções vivas que constituem o nosso pensamento. Longe de ser impessoal, ele participa de todo o particu-

larismo da consciência. Quando procuramos a verdade, é sempre *com um fim em vista*. A verdade só pode ser determinada por via da seleção e da opção. E aquilo que determina essa opção é um interesse humano. O conhecimento, diz Schiller em *Estudos acerca do Humanismo*, é um assunto *pessoal*, e depende da atividade intencional daquele que conhece e que dele se serve para concretizar os seus fins.

Mas, dir-se-á, o intelecto puro é, ele mesmo, uma fonte de fruição. Do mesmo modo que Kant admite uma espécie de sensibilidade racional, a alegria que sentimos em nos submetermos à lei, também existiria um prazer especial em procurarmos, em descobrirmos, em contemplarmos a verdade. Esta concepção *contemplativa* da verdade, é característica de todo o Dogmatismo. Que o intelecto para nada sirva, respondem os pragmatistas, a não ser para propiciar esse prazer, é uma concepção absurda, a menos que nele se veja um simples mecanismo destinado a servir de divertimento a quem o possuir. É certo que a nossa atividade intelectual não se pode manter permanentemente tensa. É necessário que ela se distenda, que o intelecto se distraia por momentos, para se recompor da fadiga causada pela assídua procura da verdade, e daí o prazer do sonho, da imaginação, da meditação desinteressada. Mas essa diversão deve ocupar tão somente um lugar limitado na nossa vida. Ela é, aliás, suscetível de excessos, do mesmo modo que qualquer outra diversão. Ela nunca poderá ser a finalidade principal e constante do intelecto “que esse sim, se destina a um trabalho sério”. É nas suas funções práticas (no mais lato sentido do termo), nas suas relações com a realidade, que o seu papel melhor se evidencia. Todos os pragmatistas concordam neste ponto: a verdade é humana, o intelecto não pode isolar-se da vida, nem a *lógica* da *psicologia*. James, tal como Schiller e mesmo Dewey (se bem que este admita a necessidade de um certo controle do elemento pessoal), recusam-se igualmente a separar estas duas ciências. As noções lógicas fundamentais, as da necessidade, da evidência, etc., não partem, alegam eles, de processos psicológicos? Assim, a verdade deve prender-se com os “interesses” do homem, já que ela é feita para a vida desse mesmo homem.

Para Charles S. Peirce a verdade tem duas faces: correspondência e coerência. “*Por um lado, a verdade é uma questão de correspondência entre a proposição e os fatos do mundo. É uma questão de espelhar, mas a mensagem é fornecida pelas crenças indubitáveis que o pesquisador aplica ao mundo e não por uma representação privilegiada desconexa do objeto situado. Peirce rejeita a verdade metafísica como fonte de confusão*” (Hoover 1994, pg.296). Por outro lado, verdade é uma questão de coerência. “*Verdade, nesse sentido, também não é uma exigência por uma representação privilegiada. Verdade é aquilo que concorda com as proposições finais de uma comunidade de pesquisadores na continuidade do tempo*” (Hoover 1994, pg.296). É importante, entretanto, notar aqui uma divergência entre Peirce, Dewey e James no tocante à teoria da verdade. Para Peirce, estes últimos estavam indo longe demais com a filosofia pragmatista, correndo riscos de transformá-la num mero praticalismo, “whatever works is true”. Peirce, ao perceber esse movimento, cunhou um novo termo que poderia então ser capaz de melhor definir sua proposta: “... , o escritor, encontrando seu ‘pragmatismo’ assim promovido sente que é tempo de dizer adeus e deixá-lo ao seu próprio destino; enquanto que para expressar a exata definição original, ele pede para anunciar o nascimento da palavra ‘pragmaticismo’, que é feita o suficiente para estar segura de seqüestradores” (Peirce 1958, pg.186).

No pragmatismo de Peirce a verdade é, em última análise, uma crença não abalada por dúvida. Na base de seu pensamento está a relação crença e dúvida. A partir do momento em que alguma crença for afetada por dúvida, o indivíduo, ou a mente investigativa, sairá em busca de uma nova crença para suprimir a dúvida correspondente. Nesse movimento, a contradição criada pela dúvida deverá ser extinta e, só então, valendo-se do jargão econômico, o pesquisador “estará em equilíbrio”. O problema é, portanto, descobrir como as crenças são fixadas ou mantidas. Segundo Peirce existem quatro métodos de fixação de crenças: *tenacidade*, *autoridade*, *a priori* e *o método da ciência*. No primeiro as crenças são fixadas e evita-se por decisão própria a exposição a outras crenças que poderiam trazer dúvidas. No segundo, proíbe-se a adoção de outras crenças que não a oficial. No terceiro a crença é fixada segundo a opinião vigente em grupos ou comunidades estando recorrentemente sujeita a modismos. Para Peirce, todos esses métodos são intrinsecamente instáveis na medida em que a restrição externa que protege as crenças de dúvidas (decisão própria, lei ou opinião geral) pode ser abalada no convívio social, no confronto com as crenças de outros povos ou pessoas. Só seriam estáveis para um ermitão. (Ver Peirce 1958, pgs. 101-112). Para Peirce, o método da ciência supera todos os outros já que ele se auto restringe ou regula. Parte já da hipótese implícita nos outros métodos de que “existem coisas reais, cujas características são inteiramente independentes de nossas opiniões sobre elas”. Como observa Hoover, “*essas coisas reais estão sujeitas a leis que podem ser descobertas através de raciocínio e experiência, levando finalmente a uma conclusão Verdadeira. É importante notar que Peirce não abandona aqui sua negação de uma posição privilegiada por trás das crenças. Manter que existe uma verdade não significa clamar que alguém a possui. O método da ciência, na visão de Peirce, é um método que na totalidade do tempo poderia atingir a verdade, mas não fornece nenhuma garantia para o presente*” (Hoover 1994, pg.298).

Crenças racionais em economia

Uma das principais mensagens trazida pela discussão em filosofia da ciência na segunda metade do século XX, associada ao colapso do positivismo, é a de que não se pode refutar conclusivamente teorias com base no “empírico”. Como afirma a tese Duhem-Quine, no limite, não é possível separar teoria de observação (ver Arida 1996, pg.35 e Lisboa 1998, pg.120). Os dados estão impregnados de teoria. Achar que uma observação pode refutar uma teoria é falsificacionismo ingênuo, para usar a terminologia de Lakatos. O próprio recorte dos dados para teste já pressupõe alguma teoria ou modelo *a priori*. Os infundáveis debates entre estudos econométricos são aqui um bom exemplo. (Para uma discussão do papel da econometria na busca da verdade ver Keuzenkamp 2000, cap.10). Sem a garantia da comprovação empírica inequívoca, as verdades da ciência econômica ficariam ameaçadas, abrindo-se o flanco para posições irracionistas.

As virtudes do pragmatismo proposto por Peirce estão em evitar uma metodologia estreita demais que se baseia numa visão simplista de verificação ou refutação e em fornecer um guia ou método para a investigação científica na busca da verdade que a distingue da literatura, poesia e artes. A ciência avança na medida em que organiza e sistematiza o debate em torno das crenças, buscando o maior grau possível de

coerência teórica e empírica na comunidade científica. Seguindo Hoover, “*verdade também é uma reguladora ideal para a pesquisa. Verdade, nesse sentido, também não é uma exigência por uma representação privilegiada. Verdade é aquilo que concorda com as proposições finais de uma comunidade de pesquisadores na continuidade do tempo. Verdade é aquilo que a pesquisa objetiva. A verdade derradeira é, portanto, a coerência das crenças, incluindo as experimentais e perceptivas; e sempre crenças são mediadas por outras crenças, não há como ficar por trás delas. A verdade, tanto na sua versão de coerência quanto na de correspondência, é, para Peirce, parasita da crença*” (Hoover 1994, pg.296).

O pragmatismo e o método da ciência de Peirce teriam a vantagem de recolocar a questão da busca da verdade na ciência econômica, reintroduzindo a questão filosófica do realismo sem cair nos tradicionais problemas associados a proposta positivista da verdade verificada. Como ressalta Hoover, a proposta de Peirce “*levanta rapidamente a possibilidade de conhecimento fundamentado e nos põe de guarda contra a complacência e o orgulho arrogante de pensarmos que sabemos a verdade final*” (Hoover 1994, pg.300). Assumir por decisão metodológica que existe uma verdade última que não sabemos quando será atingida nos impele a rever constantemente nossas crenças, confrontando-as a todo momento com a experiência “empírica” e com as “teorias” de outros pesquisadores, sugerindo portanto uma postura de pluralismo (na linha de Caldwell 1984 e Bianchi 1992). Um pluralismo crítico que não aceita qualquer crença, mas sim crenças coerentes na comunidade científica, fixadas através do próprio processo de pesquisa. Reconhece-se o problema da incomensurabilidade mas busca-se sua superação. A noção de verdade científica se diferencia das demais verdades pois passa a ocupar um papel de guia de conduta.

Como registra Bresser-Pereira ao se referir ao pragmatismo: “*a busca científica do conhecimento verdadeiro é incompatível tanto com um relativismo radical quanto com um positivismo ingênuo. Os pragmáticos americanos, freqüentemente acusados de relativismo, recusam esse nome, ainda que, paradoxalmente, recusem também que o objetivo da ciência seja a verdade entendida como o “aquilo que corresponde à natureza intrínseca da realidade”. Compreendo que se insurjam contra o platonismo, mas, se eliminassem a palavra ‘intrínseco’ da frase anterior, e se enfatizassem a necessidade de modéstia em relação às próprias idéias, estariam sendo realistas ao invés de positivistas, e não precisariam substituir radicalmente a epistemologia pela hermenêutica como o faz Rorty, mas adotá-la sem necessidade de radicalizar seu pensamento*” (Bresser-Pereira 2003, pg.3).

Marcos Lisboa ao discutir a questão da verdade em seu texto “Linguagem, procedimentos e pragmatismo na tradição neoclássica” se vale também das sugestões de Peirce (ver Lisboa 2001, pg.811). Ou ainda ao discutir Popper com o mesmo problema em mente: “*a construção de argumentos falseáveis e a tentativa de corroboração empírica dos discursos são aspectos, segundo Popper, que diferenciam a ciência das demais explicações. Mesmo que esses aspectos específicos não permitam a resolução positiva do discurso científico em direção à verdade, ao menos estabelecem critérios de corroboração, e conferem ao discurso científico um aspecto pragmático. Rejeita-se a possibilidade de compreensão racional do real e, portanto, a viabilidade do debate sobre o realismo do discurso científico. Rejeita-se, inclusive, a possibilidade de construção de critérios de verificação dos argumentos que independam dos próprios*

discursos e da linguagem utilizada. Por outro lado, enfatiza-se a necessidade do discurso propor critérios para sua rejeição, delimitando as condições do seu próprio fracasso, de forma a estabelecer um confronto com alguma evidência cuja realização não seja determinada pelo próprio discurso. Esse ceticismo pragmático não significa o resgate da possibilidade de construção positiva do discurso científico, mas apenas delimita alguns dos seus critérios específicos de retórica” Lisboa (2000, pg. 257).

Neil de Marchi e Abraham Hirsch identificam semelhanças importantes entre as idéias de John Dewey e o pensamento de Milton Friedman. Em seu livro *Milton Friedman, Economics in Theory and Practice*, mostram no capítulo “Pragmatic Foundations” como o *approach* de Friedman coincide com o de John Dewey (Hirsch e de Marchi 1990, pg.132). Sobre o “realismo” das premissas, destacam um interessante trecho de John Dewey. “*E notório que uma hipótese não necessita ser verdadeira para ser útil na condução da investigação. Um exame do progresso histórico de qualquer ciência irá mostrar que o mesmo vale para os ‘fatos’: do que foi no passado tomado como evidência. Eles foram úteis, não por terem sido verdadeiros ou falsos, mas porque, quando foram tomados como meios provisórios de avançar na investigação, levaram a descoberta de outros fatos que se mostraram mais relevantes e importantes... A história da ciência também mostra que quando hipóteses foram tomadas finalmente como verdadeiras e portanto, não questionáveis, elas obstruíram a investigação e mantiveram a ciência comprometida a doutrinas que mais tarde se mostraram inválidas” (Dewey 1938, pg.142).*

Em “A agenda do keynesianismo filosófico: origens e perspectivas” Rogério de Andrade destaca uma postura metodológica de Keynes, a partir do trabalho de Anna Carabelli, próxima da filosofia pragmatista. “*A posição de Keynes é bem mais descrita como uma posição distinta – uma ‘terceira via’ – entre os dois grandes ramos tradicionais da epistemologia, a saber: o racionalismo e o empiricismo (Andrade 2000, pg. 87, ver também pgs.84-85). Como destaca Carabelli ao analisar a teoria da probabilidade de Keynes, “o principal da posição de Keynes em relação à probabilidade consistia numa visão de racionalidade prática, na qual os aspectos cognitivos eram predominantes, mas onde a racionalidade era considerada somente dentro da experiência humana e na ação mediada pelas crenças” (Carabelli 1988, p.233). Ao discutir em Keynes a relação entre racionalidade e crenças na tomada de decisões de longo prazo, Ricardo Henriques chega também a tradição do pragmatismo. Apresentando o conceito de crenças racionais como “regras de ação” e não como tentativas de representação da realidade, identifica em Keynes uma forma de pensar muito próxima da proposta de Peirce (ver Henriques 2000, pg.372). Hugo Keuzenkamp, em seu texto *Probability, Econometrics and Truth* associa a postura metodológica de Keynes em relação a verdade a Peirce: “*Keynes está interessado em crença racional, não em verdade. Isso o distingue de Popper, que está a procura da verdade. A perspectiva de Keynes é compartilhada por Peirce” (Keuzenkamp 2000, pg.270).**

Cabe ressaltar, por fim, que estivemos ao longo deste texto muito mais preocupados em trazer reflexões do pragmatismo para a economia do que em fazer uma exploração ampla sobre a utilização desta abordagem filosófica pelos economistas - tarefa reservada para trabalhos futuros. A indicação da proximidade de Friedman e Keynes ao método pragmático tem por objetivo apontar para a proficuidade dessa

filosofia tanto no que diz respeito a um melhor entendimento da evolução das idéias em economia quanto no que toca a guias de conduta para a prática da ciência econômica.

Referências Bibliográficas

- ALDRIGHI, D. e SALVIANO, C., “A Grande Arte: A Retórica para McCloskey”, em *Retórica na Economia*, José Márcio Rego (org.), Editora 34, São Paulo, 1996.
- ANDRADE, R.,P., “A Agenda do Keynesianismo Filosófico: Origens e Perspectivas”, *Revista de Economia Política*, v.20, n.2 (78), Junho, São Paulo, 2000.
- ANUATTI NETO, F., “A Retórica da Economia: o pragmatismo na metodologia da economia”, *Ciência e Filosofia*, n.6 p.159-198, São Paulo, 2000.
- _____, “Persuasão Racional em Keynes: uma aplicação de retórica em história das idéias econômicas”, Tese de Doutorado, FEA-USP, São Paulo, 1994.
- ARANTES, P., E., “Alta Costura Parisiense: nem Apel, nem Rorty.” in *O Relativismo enquanto Visão de Mundo*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1994
- ARIDA, P., “A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica” em *Retórica na Economia*, José Márcio Rego (org.), Editora 34, São Paulo, 1996 - segunda versão do trabalho publicado originalmente em 1983 como texto para discussão PUC/RJ.
- BIANCHI, A. M., “Muitos Métodos é o Método”, *Revista de Economia Política*, 12 (2), Junho, São Paulo, 1992.
- _____, e SALVIANO, C., “Prebisch, a Cepal e seu discurso”, em *Retórica na Economia*, José Márcio Rego (org.), Editora 34, São Paulo, 1996.
- BLAUG, M., *The Methodology of Economics or how economists explain*, Cambridge University Press, Cambridge, 1997.
- BLACKBURN, S., *Dicionário Oxford de Filosofia*, Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1997
- BOWERS F., e BURKHARDT, F., *The Works of William James*, Cambridge, Mass. Harvard University Press, 1975-1988
- BOYDSON, A., *John Dewey, Studies in Logical Theory*, Carbondale, Southern Illinois University Press, 1976
- BRESSER PEREIRA, L. C., “Método e Paixão em Celso Furtado”, em *A Grande Esperança em Celso Furtado*, José Márcio Rego e Luiz Carlos Bresser Pereira (orgs.), Editora 34, São Paulo, 2001.
- _____, “Os dois métodos da Teoria Econômica”, *mimeo*, Maio, 2003.
- _____, e LIMA, G. T., “The irreducibility of macro to microeconomics: a methodological approach”, *Revista de Economia Política*, Volume 16, n.2(62), Abr-Jun 1996.
- CALDWELL, B., *Beyond Positivism: economic methodology in the twentieth century*, 2ª ed., Londres, Allen & Unwin, 1984.
- CARABELLI, A., M., *On Keynes Method*, Londres, Macmillan, 1988.
- DEWEY, J., *Logic: The Theory of Inquiry*, Henry Bolt, New York, 1938
- DUAYER, M., “Economia depois do relativismo: crítica ontológica ou ceticismo instrumental?”, trabalho apresentado no VIII Congresso de Economia Política, Florianópolis, Jun., 2003.

- FERNÁNDEZ, R., “A retórica e a procura da Verdade em Economia” em *Retórica na Economia*, José Márcio Rego (org.), Editora 34, São Paulo, 1996.
- FERNANDES, D., A., “A Razão da Retórica: Hermenêutica, Pragmatismo e a Retórica em Economia”, trabalho apresentado no VII encontro SEP, Florianópolis, Junho, 2003.
- _____, “McCloskey, Mäki e a Verdade” em *A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica: ensaios sobre metodologia em economia*, Paulo Gala e José Márcio Rego (orgs.), Editora 34, São Paulo, 2003.
- _____ e PESSALI, H.F., ”Oliver Williamson and the rhetorical construction of the Transaction Cost Economics”, Trabalho discutido no encontro da Sociedade de Economia Política, 2000.
- GALA, P. e REGO, J.M., *A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica: ensaios sobre metodologia em economia*, São Paulo, Editora 34, 2003.
- _____, “A Retórica em Douglass North”, texto apresentado no IV Encontro de Economistas de Língua Portuguesa, Portugal, 2001.
- HENRIQUES, R., “Comportamento racional e formação de crenças em Keynes”, in *Revista Brasileira de Economia*, vol.54, n.3, Jul-Set, 2000.
- HABERMAS, J., *O Discurso Filosófico da Modernidade*, Porto, D. Quixote, 1994.
- _____, *Conhecimento e Interesse*, Rio de Janeiro, Guanabara 1987.
- HIRSCH, A., e de MARCHI, N., *Milton Friedman, Economics in Theory and Practice*, University of Michigan Press, Hertfordshire, 1990.
- HOOVER, K., D., “Pragmatism, Pragmaticism, and Economic Method” in *Contemporary Issues in Economic Methodology*, Roger E. Backhouse, editor. London: Routledge, 1994.
- _____, “Why Does Methodology Matter for Economics?”, in *The Economica Journal*, vol.105 (430), Maio, 1995.
- _____, *The Methodology of Empirical Macroeconomics*, Cambridge University Press, Cambridge, 2001.
- KEUZENKAMP, H., A., *Probability, Econometrics and Truth: the Methodology of Econometrics*, Cambridge University Press, Cambridge, 2000.
- LAKATOS, I., “O Falseamento e a Metodologia dos Programas de Pesquisa Científica”, em *A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento*, Lakatos e Musgrave (orgs.), Cultrix-Usp, São Paulo, 1979.
- LISBOA, M., B., “Linguagem, procedimentos e pragmatismo na tradição neoclássica”, *Estudos Econômicos*, São Paulo, 31(4):785-823, Out-Dez, 2001.
- _____, “História do pensamento econômico e a contribuição de Ricardo Tolipan”, *Revista Brasileira de Economia*, Vol. 54, n.3, Rio de Janeiro, Jul-Set, 2000.
- _____, “A miséria da crítica heterodoxa, segunda parte: método e equilíbrio na tradição neoclássica”, *Revista de Economia Contemporânea*, n.3, Jan-Jun, 1998.
- MAKI, U., “How To Combine Rhetoric and Realism in the Methodology of Economics”, in: *Economics and Philosophy*, 4(1), 1988.
- _____, *Realism, Economics and Rhetoric – “A rejoinder to McCloskey”*, in *Economics and Philosophy*, 4(1), 1988.
- MCCLOSKEY, D., *The Rhetoric of Economics*, University of Wisconsin Press, Wisconsin, 1998 (2ed.).
- _____, “A Retórica da Economia”, em *Retórica na Economia*, José Márcio Rego (org.), Editora 34, São Paulo, 1996.

- _____, “The Rhetoric of Economics”, *Journal of Economic Literature*, 21, 1983.
- _____, *Knowledge and Persuasion in Economics*, Cambridge University Press, Cambridge, 2000 (1ed. 1994).
- _____, “The Rhetoric of Economics”, *Journal of Economic Literature*, 21, 1983.
- _____, *Economical Writing*, Waveland Press, Estados Unidos, 2000(2ed.).
- MELLO, V., R., *O Realismo dos Pressupostos em Economia*, Série Teses, n.18, EPGE, Rio de Janeiro, 1990.
- MURPHY, J., *O Pragmatismo - de Peirce a Davidson*, Edições Asa, Porto, Portugal, 1993
- PAULANI, L.M., “Idéias sem lugar - Sobre a retórica na economia de McCloskey” em *Retórica na Economia*, José Márcio Rego (org.), Editora 34, São Paulo, 1996.
- _____, “Modernidade e discurso econômico - ainda sobre McCloskey”, *Revista de Economia Política*, Volume 19, n.4(76), Dez 1999.
- PERELMAN, CH. e TYTECA, L., O., *The New Rhetoric, a Treatise on Argumentation*, University of Notre Dame Press, Notre Dame, 2000, 1958.
- PEIRCE, C., S., *Selected Writings (Values in a Universe of Chance)*, ed. Philip Wiener, Dover Publications, New York, 1958.
- _____, *The Essential Peirce, Selected Philosophical Writings*, Indiana University Press, 1992.
- POPPER, K., R., *Objective Knowledge; An Evolutionary Approach*, Clarendon Press, Oxford, 1972.
- PRADO, Jr., B., “O Relativismo como Contraponto”, in *O Relativismo enquanto Visão de Mundo*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1994.
- _____, e CASS, M.J., “A Retórica da Economia segundo McCloskey”, in *Retórica na Economia*, José Márcio Rego (org.), Editora 34, São Paulo, 1996.
- PRADO, E.,F.,A., “Um estudo sobre a compreensão da economia como ciência”, Tese de livre de docência, São Paulo, IPE/USP, 1990.
- REGO, J.M., “Retórica na Economia - idéias no lugar” em *Retórica na Economia*, José Márcio Rego (org.), Editora 34, São Paulo, 1996.
- _____, “Retórica no processo inflacionário: a teoria da inflação inercial”, em *Inflação e Hiperinflação, Interpretações e Retórica*, ed. Bional, São Paulo, 1990.
- _____, “Retórica e a Crítica do Método Científico em Economia: Sociologia do Conhecimento versus a Lógica da Superação Positiva”. *Anais do XVII Encontro Nacional de Economia*. Fortaleza: Anpec, 1989.
- RORTY, R., *A Filosofia e o Espelho da Natureza*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994a.
- _____, “Relativismo: Encontrar e Fabricar”, in: *O Relativismo enquanto Visão de Mundo*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1994.
- SILVEIRA, A. M., “A sedição da Escolha Pública” em *Retórica na Economia*, José Márcio Rego (org.), Editora 34, São Paulo, 1996.
- SCHILLER, F., “Humanism, philosophical Essays”, in *Studies in Humanism*, Londres, 1987.

VASCONCELOS, M., R., STRACHMAN, E., e FUCIDJI, J., R., “O realismo crítico e as controvérsias metodológicas contemporâneas em economia”, Estudos Econômicos, São Paulo, 29(3):415-445, Jul-Set, 1999.